



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 19 – Ano X – 05/2021
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Pataxós do Extremo Sul da Bahia: desenvolvimento sustentável e resistência étnica

Prof. MSc. Ricardo Rodrigues Mendes
Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC) / Mestre em Avaliação Física (UTAD – Portugal) / Professor EBTT / IFBA
<http://lattes.cnpq.br/7834682843214752>
E-mail: ricardor@ifba.edu.br

Prof^a. Dr^a. Clícia Maria de Jesus Benevides
Professora Titular Plena do Departamento de Ciências da Vida (DCV), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutora em Química (UFBA), Docente do Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Difusão do Conhecimento (PPGDC - UFBA)
<http://lattes.cnpq.br/4154616951839675>
E-mail: cbenevides@uneb.br

Resumo: O termo “índio” sintetiza os interesses colonizadores, sugerindo-nos a utilização do termo “povos originários” como reforço ao respeito à diversidade étnica brasileira. A histórica resistência dos povos originários tem como instrumento a prática artesanal que promove a difusão de suas culturas, bem como seu desenvolvimento socioeconômico. O objetivo desse artigo é traçar um histórico de resistência e desenvolvimento sustentável através do artesanato, por parte dos povos originários brasileiros, com ênfase na etnia Pataxó residente no extremo sul da Bahia. Foi adotado o método da pesquisa bibliográfica, através da busca de artigos científicos, dissertações e teses, contidos nas bases de dados Pubmed/NCBI, Scielo e Google Scholar. Conclui-se que as práticas artesanais têm promovido o desenvolvimento econômico da etnia Pataxó, bem como oportunizando a concretização dos projetos dentro e fora da escola, práticas, além de consolidar sua proteção cultural entre os viventes locais e turistas.

Palavras-chave: artesanato, sustentabilidade, conhecimentos tradicionais, desenvolvimento, cultura indígena.

Introdução

A compreensão acerca dos povos ameríndios é latente entre os países da América do Sul, especialmente a população brasileira, como forma de evolução cultural de uma população que queira se consolidar enquanto nação.

Segundo Alcântara (2017, p. 02), a história da colonização no continente *Abya Yala*, hoje conhecido como América do Sul, se deu a partir de 1492 com a chegada da armada de Cristóvão Colombo nas Bahamas e na América do Sul, especificamente, em 1532 em virtude da chegada dos colonizadores na região Andina.

Segundo Mamani (2020), a partir dessa chegada já foi posto em prática um modelo de Etnocídio que provocou uma escalada de tragédias históricas para os povos originários de toda região com reflexos históricos e culturais até os dias de hoje, em diferentes países do continente, em especial no Brasil com sua dimensão territorial e populacional composta por aproximadamente 305 etnias (BRASIL, 2010).

No extremo sul da Bahia encontra-se a etnia Pataxó, a qual resume bem essa trajetória de luta e resistência pela sobrevivência no que se refere a seu povo e sua cultura, em meio a expansão do agronegócio e do turismo, especificamente na Costa do Descobrimento, local onde residem e tem parte de territórios oficialmente devolvidos por parte do estado brasileiro (COSTA, 2020).

Nessa inevitável expansão turística, os povos Pataxós demonstraram mais uma vez sua capacidade de resistência e reinvenção, enquanto comunidade, ao conduzirem bem a relação entre turistas e Pataxós. Essa relação pode ser traduzida na produção e comercialização do artesanato, baseados em um sistema que respeite a sustentabilidade dos seus recursos naturais, favoreça a transmissão de conhecimentos tradicionais, permita a expressão da sua criatividade a partir das suas tradições e da relação com os turistas e viventes locais (COSTA, 2020).

Como exemplo, destaca-se os achados da pesquisa de Santos e Vieira (2019) onde os autores descrevem a relação do turismo e o artesanato na Aldeia da Coroa Vermelha, em Sta. Cruz Cabrália, na Bahia. Nesse trabalho é evidenciado a prática do Etnoturismo como vertente do turismo cultural, bem como é realizada a produção e comercialização do artesanato, agregando valor a atividade turística e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Através desse turismo cultural é obtida uma espécie de proteção cultural de sua identidade, uma vez que a etnia Pataxó, se permite a uma organização de todo o processo produtivo envolvendo o plantio, colheita e comercialização de seus produtos, dentro de um desenho sustentável que engloba a família, a escola e o comércio. Esse desenho se encaixa perfeitamente em uma combinação positiva entre: fixação dos parentes na aldeia, valorização da cultura através do artesanato e a geração de renda como forma de desenvolvimento econômico, potencializando a representatividade regional da etnia (CUNHA, 2013; DE JESUS, 2017).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é traçar um histórico de resistência e desenvolvimento sustentável através do artesanato, por parte dos povos originários brasileiros, com ênfase na etnia Pataxó residente no extremo sul da Bahia. Assim, essa pesquisa foi baseada numa revisão bibliográfica por meio da busca de dados em teses, dissertações e artigos científicos na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Pubmed/NCBI (National Center for Biotechnology Information) e o Google Scholar, através dos descritores Pataxós, artesanato, desenvolvimento indígena.

Neste trabalho, inicialmente, discutiremos a relação do termo “indígena” e sua legitimação. Posteriormente, baseado em referenciais teóricos que a embasam, abordaremos a resistência e renascença da etnia Pataxó decorrente de diversas ameaças ao longo de sua história, com ênfase ao séc. XX. O artesanato Pataxó também será apresentado e discutido como fonte de renda e fixação desse povo dentro da comunidade, assim como um meio de divulgação e proteção da sua cultura, preservando o meio ambiente por meio do conceito da sustentabilidade. Ao final, tem-se as considerações finais do trabalho.

Povos originários e sua legitimação

O termo indígena, comumente empregado para se referir aos povos que habitavam as terras ameríndias com a chegada dos europeus com o suposto propósito de colonização, não representa uma designação nominal oriunda da vontade dos povos originários, uma vez que não reúne legitimidade suficiente para exercer a tarefa de identificação desses povos (BERGAMASCHI; GOMES, 2012,).

De acordo com Silva (2018), o termo “índio” serve para referendar os despropósitos dos colonizadores europeus que, em sua maioria atracaram em terras

ameríndias com histórico de desacertos pessoais e intenção exploratória. Na verdade, o referido termo, nada mais traduz a pouca lucidez da empreitada portuguesa que desnordeada, imaginava ter chegado a terras asiáticas, especificamente no que se conhece hoje como Índia.

A presença desses povos originários, distribuídos em diversas regiões remotas do país possibilitou o surgimento de várias etnias nativas, cada qual com suas particularidades sobre tradições, crenças, política e economia, em que se apoia a rica cultura desses povos (BRANDILEONE; VALENTE, 2018). Essa variedade de etnias é onde exatamente se origina o contexto de riqueza cultural dos povos tradicionais brasileiros, nas quais se originam as fronteiras culturais que formam sua identidade cultural e assim caracterizam cada povo (CHIRIBOGA, 2006; SILVEIRA, 2016).

Nestes termos, o emprego da expressão “Povos originários”, reúne uma identidade semântica desgarrada de um conceito exógeno a sua cultura, a partir de um contexto em que se considera a pluralidade de etnias e a ligação desses povos com suas tradições, visão de mundo e modos sustentáveis de vida, em sentido contrário ao pensamento globalista hegemônico e suas relações enquanto *modernidade líquida* (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; PORCHEDDU, 2009).

O problema é que o colonialismo é um fenômeno social interno e não é somente uma política de Estado. Esse fenômeno se dá a partir da falta de empatia com a causa indígena o que, por sua vez, representa uma ignorância educacional em relação a uma temática que literalmente fundamenta a formação da cultura nacional, perpassando pela agricultura, a culinária, a linguagem, a música, o vestuário dentre outros (ANDRADE, 2019).

Essa ignorância e conivência do estado brasileiro para com os povos originários permitiam, por exemplo, a escravização legal de “indígenas não pacificados”, dando condições ao afrontamento da cultura desses povos, através de um modelo denominado de “Guerra Justa” (AMANTINO, 2006; ALCÂNTARA, 2006). Essas “guerras”, eram baseadas em um direito medieval baseado em conceitos jurídicos e teológicos da época, com o discurso da finalidade de propagação da fé aos “bárbaros”, devido especialmente a suas práticas canibais (FARAGE, 1991; ALCÂNTARA, 2006).

Nesse sentido, esses ataques aos povos tradicionais, nada mais era que um produto da ignorância com a omissão do estado brasileiro, no qual tinha como plano de fundo a cobiça pelas terras e a escravização dos povos originários, em atendimento aos interesses dos fazendeiros da época, promovendo um dos tipos de genocídio praticado de outras formas atualmente.

A resistência e renascença Pataxó ao longo do tempo

Ao longo dos anos tem-se pesquisado (ou discutido) o histórico de lutas pelo direito dos povos originários, como por exemplo o direito a suas terras nas quais eles mantem um forte vínculo de organização social, em consonância com a descrição contida no capítulo VIII da constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988; SANTOS et al., 2007).

Para os povos originários, a terra se assemelha a uma mãe de onde se origina e mantém a vida, assim como seus desdobramentos da ancestralidade através de sua sinergia pouco compreendida pelos “não índios”, especialmente, pelo olhar do consumismo, pelo acúmulo de posses, pela falta de espírito de coletividade e respeito para com a natureza e seu equilíbrio (STRACHULSKI, 2018; BISPO, 2019).

A questão da histórica luta pelas terras por parte dos povos originários é marcada pelo conflito com a classe burguesa ruralista nacional e estrangeira, representada pelo modelo do agronegócio, no qual se objetiva a maior eficiência na produção de alimentos conforme sistema capitalista e para atendimento a interesse de poucos, mesmo que isso seja formado por métodos nefastos de agressão a terra, a água, ao ar e aos povos originários (SAUER; LEITE, 2012; ROCHA et al., 2019).

Esse modelo de invasão e ocupação de terras, agrupado a métodos rasteiros de homicídios dos povos originários brasileiros foram realizados das mais variadas formas, contando com a omissão do estado brasileiro em todos os seus poderes, levando a dizimação de milhares desses povos, promovendo o terror entre eles, além do rótulo de preguiçosos por não aceitarem a exploração de sua força de trabalho e assim, formar uma resistência frente ao avanço de uma política higienista e sorradeira através das chamadas “guerras justas” (AMANTINO, 2006).

No caso específico dos povos originários da etnia Pataxó, estabelecidos no extremo sul da Bahia, nos municípios de Itamarajú, Porto Seguro, Prado e Santa

Cruz de Cabrália, a sua caminhada histórica apresenta-nos a evidência de que o contato com os “não índios” desde o século XVI, custou a quase dizimação desta etnia em virtude da exploração de terras e a expansão imobiliária, especialmente, na região conhecida hoje como Costa do Descobrimento (CARVALHO, 2009; PORTO; BONIN, 2020). Inicialmente, os povos Pataxós se limitavam a áreas rurais, no entanto, nos últimos anos boa parte deles tem migrado para as áreas urbanas em função de vários fatores como a exploração imobiliária, o crescente turismo da região em decorrência da instalação de *resorts*, dentre outros.

Segundo Porto e Bonin (2020), a trajetória da etnia Pataxó pode ser resumida em três períodos principais que se interligam de forma causal e temporal na linha descritiva do tempo:

O primeiro período foi em 1861, em grupos específicos de Pataxós que viviam na floresta densa estavam em permanente confronto com grupos de colonos ávidos pela ocupação destas terras. No entanto, em 1951 ocorreu a concretização da integração entre Pataxós em grupos aldeados, dinamizando a relação entre diferentes etnias do mesmo tronco linguístico como: kamakã, Maxakali e Tupiniquim, fortalecendo a legitimação da aldeia Barra Velha, até a ocorrência do terrível evento conhecido como *Fogo de 51*, o qual provocou um histórico negativo na trajetória de vida dessa etnia (CARVALHO, 2009; PORTO; BONIN, 2020).

Segundo os anciãos e anciãs Pataxós, este evento foi uma orquestrada ação incendiária na Aldeia de Barra Velha, onde Policiais Militares de Prado e Porto Seguro cometeram assassinatos e atearam fogo em toda a aldeia, desencadeando a fuga do povo Pataxó para cidades circunvizinhas, provocando uma generalizada sensação de medo entre esses povos, obrigando-os a omitir sua identidade e sua língua mãe, o Patxôhã (VERONEZ, 2008; CARVALHO, 2009). Com o cessar-fogo estabelecido, os Pataxós puderam retornar com suas famílias a aldeia da Barra Velha, tomada pelo matagal, com suas casas e roças destruídas. Eles ainda mantinham o receio em declarar sua origem étnica como forma de prevenção a novos ataques de violência de preconceito (OLIVEIRA, 1985).

Por fim, em 1964 os Pataxós foram encorajados pelo Capitão Epifânio Ferreira, a reativar suas roças, com os devidos cuidados com a mata nativa. Os Pataxós readaptaram seus grupos familiares na aldeia Barra Velha e seu entorno,

implantando uma escola indígena e reconstruindo sua identidade étnico cultural em meio aos impactos do turístico predatório.

Além da invasão de terras, principalmente, por fazendeiros, aponta-se a conflitante relação entre os Pataxós da Barra Velha com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que se acentuou durante a dec. de 60. Nesse período foram reiniciados os trabalhos para recriação do Parque Nacional do Monte Paschoal (PNMP) com o decreto Nº 242 de 29 de novembro de 1961, o que ampliou a área de ocupação permanente por parte do Pataxós e de não-indígenas, conhecidos vulgarmente por Capixabas (VERONEZ, 2008; CARVALHO, 2009).

Esses conflitos só foram parcialmente pacificados com a intermediação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), onde os Pataxós da Barra Velha reconquistaram seu direito, mesmo que parcialmente, de exercer suas atividades de subsistência (CARVALHO, 2009). Assim, somente na década de 1970, com a intervenção da FUNAI, a população indígena de Barra Velha conquistou o direito sobre um território ainda não suficiente, porém maior do que aquele regulamentado pelo IBDF (VERONEZ, 2008; POVO PATAXÓ, 2011).

Nesse contexto, observa-se que uma das maiores características dos povos originários é, sem dúvida, sua capacidade de resistência, característica essa que fez renascer inúmeras vezes sua cultura em meio ao ambiente hostil que lhes fora apresentado ao longo dos séculos (CHIRIBOGA, 2006).

Dentre os povos originários, os Pataxós, descobriram um modelo equilibrado para lutar e resistir às adversidades que lhes foram impostas a partir do avanço do agronegócio, da especulação imobiliária e do turismo incentivado pelo governo federal (SANTOS, 2017). Por estarem localizados ao longo de uma região, hoje denominada como Costa do Descobrimento, especialmente reforçada pelo apoio Turístico de Porto Seguro e região, os Pataxós se organizaram como etnia e buscaram soluções para promoverem a combinação de Turismo e Subsistência como forma de apoio a proposta de retomada de suas terras (NEVES, 2011).

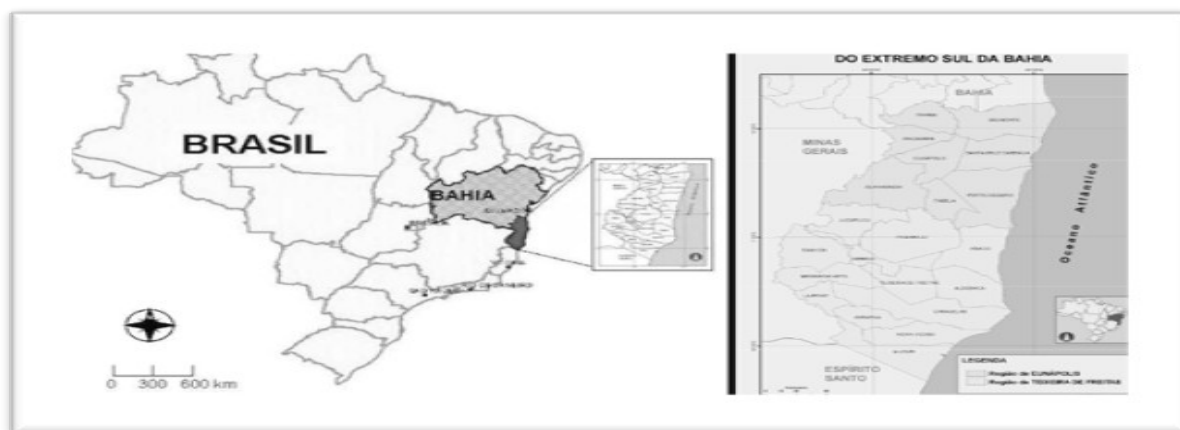
Artesanato Pataxó e proteção cultural

As mudanças ocorridas ao longo dos anos nas comunidades dos povos Pataxós tiveram como consequência a falta de autonomia dos mesmos com relação à subsistência. E, para suprir suas necessidades de sobrevivência, esses povos

aproveitaram sua cultura, no que se refere a adereços identitários ou mesmos utensílios da sua culinária, para comercializar no contexto de artesanato.

A região do Extremo Sul da Bahia (Figura 1) tem na atividade turística convencional, a qual vem crescendo muito nos últimos anos, uma base de sustentação econômica com grande significância nos desdobramentos geopolíticos. Entretanto, essa crescente atividade ocasiona, há décadas, prejuízos na fauna e flora regional, bem como ao contexto social e geográfico com consequências sobre as populações da etnia Pataxó, em especial no se refere à sua subsistência (CERQUEIRA NETO; DA SILVA, 2015).

Figura 1 – Localização do Extremo Sul da Bahia



Fonte: CERQUEIRA NETO, 2009

Nesse sentido, a potencialização da tradição artesanal entre os Pataxós tornou-se um importante instrumento de difusão da sua cultura, bem como um ajustado mecanismo de fixação territorial e geração de renda, a partir da crescente procura turística por brasileiros e estrangeiros, especialmente a partir dos anos 70 (CUNHA, 2013).

O aumento da procura turística pela região da Costa do Descobrimento, especialmente, a partir dos investimentos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no ano 2000, por ocasião das comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, estimulou a visita de turistas de todas as partes do país e do mundo, com conseqüente impulsionamento econômico e político em toda região da Costa do Descobrimento, evidenciando a etnia Pataxó, o que naturalmente fora utilizado por eles como instrumento de valorização e proteção cultural (GIMENEZ; COELHO, 2005; BISPO, 2019).

Nessa oportunidade, o interesse dos turistas em conhecer os hábitos de vida dos Pataxós, agrupado a um incentivo por parte das lideranças das aldeias, fortaleceu o hábito da aquisição das inúmeras formas de artesanato Pataxó, materializados nos mais diversos tipos de suvenires, acessórios culinários e alimentos tradicionais da sua cultura (GIMENEZ; COELHO, 2005).

Tendo em vista o infinito de possibilidades de formas, cores e utilidades para o artesanato Pataxó, essa manifestação cultural transcendeu seus parâmetros puramente econômicos locais, alcançando espaços em domicílios, empresas e espaços públicos de todo o país (COSTA, 2020; CUNHA, 2013).

Sendo assim, o tipo de artesanato pode ser considerado como um dos pilares da economia criativa desses povos, definição que representa um amplo conjunto de setores que desenvolvem bens e serviços, a partir de imagens, símbolos e textos, combinando criatividade, habilidade e talento humano (MIGUEZ, 2007).

Segundo Souza et al. (2018), a indústria criativa é baseada em inovação, habilidade e talento individual, potencializando emprego e renda através da propriedade intelectual. Além disso, ela traz consigo fundamentos da economia solidária e conhecimentos tácitos de comunidades tradicionais, compondo mais elementos da proteção a sua cultura, representada pelas particularidades contidos nas produções artesanais (DE JESUS, 2017).

O projeto RISADA (Rede Indígena Solidária de Arte e de Artesanato) pode ser tomado como exemplo, o qual foi desenvolvido pela ONG Thydêwá, com base na economia criativa e solidária integrando etnias Kariri Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá de Olivença. Esse projeto visa a criação de uma rede de artesanato indígena através de um processo educativo e mobilizador com viés solidário (DE JESUS, 2017). De acordo Estival et al. (2017), no final do ano de 2015 foram incorporadas as comunidades das etnias: Pataxó (da Aldeia Dois Irmãos (Prado - BAHIA) e da Aldeia Ribeirão (Porto Seguro) – BAHIA), os Kara potó (São Sebastião – ALAGOAS) e os Xokó (Porto da Folha –SERGIPE), sendo realizadas cerca de 10 vendas via comércio eletrônico e mais de 3000 itens comercializados em eventos nacionais.

Tais atividades não só permitem um ganho econômico, mas também um avanço educacional, a partir dos conhecimentos adquiridos nas práticas exercidas nesses projetos. Neles, são reforçados o ensino e aprendizagem dos conhecimentos

tradicionais dessas comunidades, valorizando os conhecimentos antepassados e transferidos de geração a geração ao longo do tempo, a partir da observação, oralidade e repetição de procedimentos culturalmente personalizados (FIGUEIREDO, 2015).

Esse modelo de aprendizado coletivo, além de demonstrar seu respeito pela autenticidade do seu fazer, revelam uma forma de respeitabilidade interna e externa para com sua cultura, elevando a estima dos seus pares e provocando a empatia de viventes locais e turistas com a cultura Pataxó (DE JESUS, 2017).

Educação, Sustentabilidade e o Artesanato

Desde os tempos primórdios, a terra sempre foi considerada a “mãe” destes povos, visto que tiraram da mesma tudo para sua sobrevivência, a exemplo dos alimentos, os meios de cura (plantas medicinais), ferramentas de defesa, entre outros. Assim, essa relação de dependência fez que com que eles desenvolvessem um sentimento de respeito e conservação da terra.

Nesse sentido, os povos originários são sem dúvida, a maior referência de uso racional e sustentável dos recursos naturais brasileiros, bem como uma referência na prestação de serviços ambientais a partir de sua simbiose com a natureza (PRADO, 2012).

Essa expertise em sustentabilidade veio cancelar a prática do turismo nas comunidades Pataxós e, conseqüentemente, agregar um valor na produção e comercialização do artesanato em suas aldeias, ressaltando-se a preocupação dos povos Pataxós com os fundamentos da coletividade étnica, embasados no ensino de suas tradições como forma de manutenção da sua cultura (BERGAMASCHI, 2012; DE JESUS, 2017).

A comercialização de seus artesanatos promove o contato direto dos Pataxós com o visitante facilitando a divulgação e a valorização da sua cultura. Contrapondo ao turismo convencional, esses povos buscam desenvolver um turismo nas suas terras, tendo como protagonistas os próprios integrantes da comunidade, perpassando pela produção sustentável até a comercialização dos seus produtos sem a intermediação de terceiros. Dessa maneira, eles continuam sua luta de resistência à intervenções externas valorizando e divulgando sua cultura com ênfase na sustentabilidade (CUNHA, 2013).

Esta preocupação transcendeu a prática do fazer artesanal restrita às oficinas de produção nas comunidades, passando a compor os currículos escolares das etnias Pataxós, na forma de temas transversais como sustentabilidade, ética indígena, natureza e preservação da biodiversidade, dentre outras (PORTO, BONIN, 2020).

Naturalmente, os desdobramentos educacionais obtidos nessa vivência escolar refletem na formação do seu núcleo familiar, fortalecendo uma dupla via de evolução cultural na medida em que os pais ensinam e aprendem com seus filhos. Esses espaços educacionais em comunidade familiar contêm momentos formais e não formais, como os das atividades diárias nas quais se desenvolvem a linguagem, a economia e as relações de parentesco (BROSTOLIN, 2009).

Nesse sentido, De Jesus (2017) relata que a produção do artesanato Pataxó revela-se familiar, especialmente na coleta e confecção, dando vida ao processo de transferência dos conhecimentos tradicionais contidos nessas tarefas. A variedade de matérias e o contato com os turistas oferece a ampliação do universo criativo tão importante no contexto da cultura dos povos originários.

Cunha (2013), também relata a utilização de referenciais estéticos por parte dos artesãos Pataxós da aldeia Barra Velha, a partir do contexto da própria aldeia e de outras etnias como forma de incorporação de diversos universos culturais, a partir de novas formas de expressão e influência de compradores e visitantes, com a devida limitação estética.

Nesse contexto de interação entre Pataxós, viventes locais e turistas, se consolida um sinal de equilíbrio nessa relação estabelecida pelos motivos elencados no texto, atendendo, tanto a demanda de movimentação turística local quanto ao método de fixação e desenvolvimento geopolítico da etnia.

Conclusão

Através do texto, verifica-se a necessidade de melhor compreensão histórica da formação cultural, das tradições e crenças dos povos ameríndios, em especial dos povos tradicionais brasileiros em suas mais variadas etnias, como forma de pacificação sobre o seu verdadeiro valor em nossa formação cultural.

Essa compreensão pode colaborar nas movimentações de respeito à história e resistência desses povos, na luta pela sua própria sobrevivência e da sua cultura

tão perseguida pelos “não índios” com interesses escusos, baseados na visão globalista.

Os Pataxós têm sabido resistir a essas adversidades, equilibrando as relações com viventes locais e turistas por meio da valorização da sua cultura na forma do turismo sustentável, especificamente através do artesanato, sem intermediação de terceiros. Esse modelo de turismo tem convertido de forma significativa em elementos de proteção cultural, afirmação étnica e desenvolvimento econômico em favor dos povos Pataxós, os quais são considerados como uma das etnias mais exitosas na reconquista de direitos e expressão geopolítica brasileira.

Por fim, recomenda-se a abrangência de estudos sobre a temática, especialmente, através das inúmeras publicações realizadas por pós-graduandos *stricto sensu* que ocupam cada vez mais espaço nas universidades.

Referências:

ALCÂNTARA, Liliane Cristiane Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver Uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. *Revista Rupturas*, v.7, n.2, p. 1-31, 2017.

AMANTINO, Marcia. As Guerras Justas e a escravidão indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Revista Varia história*, v. 22, n. 35, p. 189-206, 2006.

ANDRADE, Edson Dorneles de. O Indígena como usuário da Lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a lei nº 11.645/2008. *Cadernos CEDES*, v. 39, n. 109, p. 321-356, 2019.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. *Cidade, Círculo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 53-64, 2012.

BISPO, Aline Santos. *Dimensões da prática do turismo na cidade de Porto Seguro e os reflexos na vida da população residente*. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Porto Seguro: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2019.

BRANDILEONE, Ana Paula Franco Nobile; VALENTE, Thiago Alves. Literatura indígena para crianças: o desafio da interculturalidade. *Estudos Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 53, p. 199-217, 2018.

BRASIL. Decreto n. 242, de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências. *Diário Oficial*, 29 de novembro de 1961.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Capítulo VIII, Dos Índios, Artigo 231. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-03/constituicao/Constitui%C3A7ao.htm>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

_____. Fundação Nacional do Índio. *O Brasil indígena 2010*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em 05 de abril de 2021.

BROSTOLIN, Marta Regina; CRUZ, Simone Figueiredo. Estilos de aprendizagem e de ensinagem na escola indígena Terena. *Construção psicopedagógica*, v. 17, n. 14, p. 24-43, 2009.

CARVALHO, Maria Rosário de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. *Caderno CRH*, v. 22, n. 57, p. 507-521, 2009.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. Tese (Doutorado em Geografia) – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

CERQUEIRA NETO, Sebastião; DA SILVA, Leonardo Thompson. Turismo e Desenvolvimento: Transformações no território da região do extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, v. 16, n. 55, p. 74–88, 2015.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano. *Sur, Revista internacional de direitos humanos*, v. 3, n. 5, p. 42-69, 2006.

COSTA, Alicia Araújo da Silva. *Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira*. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Porto Seguro: Universidade Federal do Sul da Bahia, 2020.

CUNHA, Renata Vieira da. *Artesanato Pataxó: diversidade de materiais, práticas culturais em processo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

DE JESUS. Diego Santos Vieira. Economia criativa e resistência: o artesanato indígena no Estado do Rio de Janeiro. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 2, 2017.

DICIO online 2021. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/indigena/>>. Acesso em 26 de abril de 2021.

FARAGE, Nadia. *As muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: ANPOCS Paz e Terra, 1991.

FIGUEIREDO, J.L. *Economia criativa, cidade criativa e desenvolvimento*. In: E.A.S. TEIXEIRA; S.B. CORRÊA (orgs), *Economia criativa*. Rio de Janeiro, E-papers, p. 27-47, 2015.

GIMENEZ, Célia B.; COELHO, Raimundo S. *Bahia Indígena: encontro de dois mundos – verdade do descobrimento*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

ESTIVAL, K.G.S.; ANDRADE, J.C.P.; CORRÊA, S.R.S.; TEIXEIRA, L.R.; BENINI, E.G. *Dos projetos sociais aos negócios sociais: um estudo da Rede Indígena Solidária de Arte e de Artesanato no Brasil (RISADA)*. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*. Março, 2017. Disponível em <<https://www.eumed.net/rev/caribe/2017/03/risada.html>> Acesso em 26 de abril de 2021.

MAMANI, F. H. “*Buen Vivir/Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*”. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima, Peru, 2010.

MICHAELIS online 2021. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ind%C3%ADgena/>>. Acesso em 26 de abril de 2021.

MIGUEZ, P. *Economia criativa: uma discussão preliminar*. In: G.M. NUSSBAUMER (org.), *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador, EDUFBA, p. 95-113, 2007.

NEVES, Sandro Campos. *Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia-BA*. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. v. 9, n. 3, p. 45-58, 2011.

OLIVEIRA, Cornélio Vieira. *Barra Velha: o último refúgio*. Londrina, 1985.

PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 661-684, 2009.

PORTO, Helânia Thomazine; BONIN, Jiani Adriana. A educação indígena Pataxó: entre distopias e utopias. *Tellus*, ano 20, n. 41, p. 101-128, 2020.

POVO PATAXÓ. *Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia*. Bahia: Atxohã / Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/invent%C3%A1rio%20cultural%20patax%C3%B3.pdf>>. Acesso em 26 de abril de 2021.

PRADO, R. M. *Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas*. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). *Cultura, percepções e ambiente: diálogo com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ROCHA, D.F.; PORTO, M.F.S.; PACHECO, T. A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999-2014). *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 383-392, 2019.

SANTOS, Edleuza Alves. *Produção de Artesanato feito do Patina Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha*. Monografia. Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SANTOS, Gregório Tadeu Bonifácio; VIEIRA, Salete. A relação do turismo e artesanato na Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha - Santa Cruz Cabrália – Bahia. Anais XV ENECULT, UFBA, 2019. Disponível em: <<http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112292.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2021.

SANTOS, R. V., COIMBRA JR., C. E. A., CARDOSO, A. M. *Povos indígenas no Brasil*. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., GUGELMIN, S. Â., (orgs) *Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena*. vl. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 20-45, 2007.

SAUER, S.; LEITE, S.P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, n. 133, p. 480-500, 2018.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. *Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ensino de história) – Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Elizabeth Regina Loiola da Cruz; MATTA, João Paulo Rodrigues; DIAS, Camila Carneiro. Economia criativa: reflexões sobre a regulação de conhecimentos tradicionais. Anais IV ENECULT, UFBA, 2018. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14638.pdf>>. Acesso em: 27 de abril, 2021.

STRACHULSKI, Juliano. *KAGWYRI'PE JIHOI: O Território como fundamento do saber tradicional Parintintinna Aldeia Traíra Da Terra Indígena Nove De Janeiro, HUMAITÁ - AM*. Tese (Doutorado em Geografia -Gestão do Território: Sociedade e Natureza) – Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

VERONEZ, Helânia Thomazine Porto. Escolaridade e Identidade Cultural: A construção da educação indígena no extremo sul da Bahia. *Revista Práxis Educacional*, v. 4, n. 5, p. 27-43, 2008.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2021

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424